

## Políticas públicas esportivas nos espaços públicos urbanos: uma revisão bibliográfica sobre os projetos esportivos de participação no litoral brasileiro

### RESUMO

Este estudo objetivou realizar uma revisão bibliográfica sobre as políticas públicas esportivas relacionadas a prática dos esportes de participação no litoral brasileiro. Realizou-se uma revisão de literatura nas bases Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e o Portal de Periódicos da Capes. Após a realização do levantamento de dados, os textos foram analisados e agrupados de acordo com suas temáticas semelhantes. Com isso, foram enumeradas seis temáticas, sendo elas: (1) equipamentos disponíveis para a prática esportiva; (2) programas de incentivo ao esporte de participação; (3) inclusão social através do esporte; (4) promoção da saúde; (5) apropriação irregular de iniciativa privada e (6) ação do Estado sobre as atividades desenvolvidas nas praias brasileiras. Através do levantamento, pode-se afirmar que no litoral brasileiro existem projetos, eventos e atividades que fomentam a prática do esporte de participação nas praias, entretanto, parece haver pouco interesse das entidades governamentais em administrar este tipo de política pública.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação física; Políticas públicas; Esporte de participação

### **Kaio Julio Zamboni**

Licenciado em Educação Física  
Universidade Federal do Paraná,  
Departamento de Educação Física,  
Curitiba, Brasil

[kaiojulio1997@gmail.com](mailto:kaiojulio1997@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-0977-2758>

### **Mayara Torres Ordonhes**

Mestre em Educação Física  
Universidade Federal do Paraná,  
Departamento de Educação Física,  
Curitiba, Brasil

[mayaraordonhes@hotmail.com](mailto:mayaraordonhes@hotmail.com)

<https://orcid.org/0000-0001-8014-7923>

### **Isabelle Plociniak Costa**

Mestre em Educação Física  
Universidade Federal do Paraná,  
Departamento de Educação Física,  
Curitiba, Brasil

[isabellepcosta@hotmail.com](mailto:isabellepcosta@hotmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-7761-9640>

### **Fernando Renato Cavichioli**

Doutor em Educação Física  
Universidade Federal do Paraná,  
Departamento de Educação Física,  
Curitiba, Brasil

[cavicca@hotmail.com](mailto:cavicca@hotmail.com)

<https://orcid.org/0000-0001-8925-2420>

## **Public sports policies in urban public spaces: a bibliographic review on sports projects for participation on the Brazilian coast**

### **ABSTRACT**

The present study aimed to carry out a bibliographic review on public sports policies related to the practice of participation sports on the Brazilian coast. A literature review was carried out on academic studies published on the Scientific Electronic Library Online (SCIELO) databases and the “*Portal de Periódicos da Capes*”. After conducting the data survey, the texts were analyzed and grouped according to their similar themes. Thus, six themes were listed: (1) equipment available for sports; (2) programs to encourage participation sports; (3) social inclusion through sport; (4) health promotion; (5) irregular appropriation of private initiative and (6) State action on activities carried out on Brazilian beaches. It can be said that on the Brazilian coast there are many projects, events and activities that encourage the practice of participation sport on the beaches, however, there seems to be little interest from government entities in managing this type of public policy.

**KEYWORDS:** Physical education; Public policy; Participation sport

## **Políticas públicas deportivas en espacios públicos urbanos: una revisión bibliográfica sobre proyectos deportivos de participación en el litoral brasileño**

### **RESUMEN**

Este estudio tuvo como objetivo realizar una revisión bibliográfica sobre las políticas públicas deportivas relacionadas con la práctica de los deportes de participación en el litoral brasileño. Se ha realizado una revisión bibliográfica en la Scientific Electronic Library Online (SCIELO) y en el portal de publicaciones periódicas Capes. Se analizaron los textos y se agruparon según sus temas similares. Así, se enumeraron seis temas: (1) equipamiento disponible para la práctica deportiva; (2) programas de incentivo a la participación deportiva; (3) inclusión social a través del deporte; (4) promoción de la salud; (5) apropiación irregular de la iniciativa privada y (6) actuación del Estado en las actividades desarrolladas en las playas brasileñas. Se puede afirmar que en el litoral brasileño existen proyectos que fomentan la práctica del deporte de participación en las playas, sin embargo, parece haber poco interés de las entidades gubernamentales en administrar este tipo de políticas públicas.

**PALABRAS-CLAVE:** Educación física; Políticas públicas; Deporte de participación

## INTRODUÇÃO

Ao conceituar os espaços públicos urbanos, podemos encontrar duas perspectivas diferentes sobre o mesmo objeto de estudo: o que ele é e o que ele pode representar. Na prática, o espaço público é um local aberto, de acesso irrestrito a todos os cidadãos e que pode servir para passagem ou para permanência do público, como são, por exemplo, os parques, as praças e as praias (NARCISO, 2009). Esses locais são estruturados pelos gestores municipais, contudo, sua representatividade é definida em função da apropriação que a sociedade civil realiza, partindo, assim, da interação entre o sujeito e espaço. Desta forma, os espaços públicos podem servir como fonte de representação social, cultural e pessoal, onde a população pode se reunir para formular uma opinião pública capaz de moldar o município de acordo com suas necessidades e seus desejos, mesmo que esta não esteja de acordo com a opinião dos representantes políticos locais (NARCISO, 2009).

Neste estudo, o conceito de espaço público urbano utilizado segue a perspectiva proposta por Narciso (2009), que entende esses locais como lugares de ação política, de expressão social e de democracia. Segundo a autora, esse conceito nos obriga a pensar os espaços públicos como recurso, produto e prática social, assim, podemos entendê-los como locais de expressão da cultura da sociedade que os apropria (NARCISO, 2009). Além de possibilitar o livre acesso, o espaço público deve ser convidativo para pessoas de diferentes grupos sociais e econômicos (OLIVEIRA, BORGES, 2018). Com base nisto, diversas políticas públicas buscam fomentar ações que promovam a sociabilidade e a qualidade de vida da população nestes respectivos espaços. Um exemplo destas ações são as atividades físicas e esportivas.

Considerando que tanto a prática esportiva de participação como a utilização dos espaços públicos urbanos são fatores que compõe a cultura social, é possível pensar que o planejamento de políticas públicas que proporcionem a utilização dos espaços públicos urbanos para fomentar práticas esportivas de participação pode ser uma ação viável para os gestores políticos e benéfica para a sociedade. Como manifestações de esportes de participação, consideramos a prática de qualquer modalidade esportiva que proporcione a socialização entre os participantes, de modo voluntário, contribuindo para a integração da população na plenitude da vida social, em conformidade com o que prevê o segundo item do Art. 3º da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 (BRASIL, 2021).

É possível afirmar que a exploração de práticas esportivas em parques urbanos pode proporcionar, além dos benefícios ligados a saúde e melhora na qualidade de vida, a minimização de contrastes sociais e econômicos, por meio da inclusão social (XAVIER, FELIPE, ARANA, 2018). Esse fenômeno social pode estar relacionado à necessidade de renovação emocional da população,

auxiliando no equilíbrio entre o prazer e as restrições civilizacionais impostas pela sociedade (COSTA et al, 2015).

Segundo Elias e Dunning (1992), as práticas esportivas podem proporcionar vivências de emoções agradáveis, que possuem determinado risco, porém, controlado por meio da liberdade de escolha de diversas atividades. Esta renovação emocional da sociedade, ocorre, principalmente, por meio da quebra de rotina, possibilitada pela sociabilidade, mobilidade e imaginação (COSTA et al, 2015; ELIAS, DUNNING, 1992), fatores estes, que podem ser explorados por meio das diversas capacidades de movimento existentes em diversos espaços públicos.

Considerando as diferentes condições climáticas e a diversidade do território continental, as praias brasileiras possibilitam a prática de uma ampla variedade de modalidades esportivas, sejam elas aquáticas, aéreas ou terrestres (FREITAS, MOTA, 2015). Diante desta constatação, entende-se que este tipo de espaço público possui um potencial significativo para o desenvolvimento de programas voltados ao esporte e lazer.

Contendo aproximadamente 10.800 quilômetros de faixa terrestre, o litoral brasileiro corresponde ao território de 395 municípios, pertencentes a 17 estados diferentes (ZAMBONI, NICOLODI, 2008). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), 26,6% da população brasileira reside em municípios da zona costeira, o equivalente a 50,7 milhões de habitantes. Oliveira e Nicolodi (2012, p. 91) definem a zona costeira como sendo o “espaço imediato de contato entre os meios terrestre e marinho”.

Este fator propicia que grande parte da população esteja ligada, direta ou indiretamente, com atividades relacionadas ao turismo, produção de petróleo e gás natural, pesca, entre outros serviços que atendem à dinâmica econômica gerada pelas cidades que possuem praias. Complementando esses dados, Oliveira e Nicolodi (2012, p.91) destacam que “16 regiões metropolitanas brasileiras encontram-se à beira-mar, representando mais de 35 milhões de habitantes – cerca de 20% da população do país”. A constatação de que, aproximadamente, um quarto da população brasileira está localizado nos municípios litorâneos do país ressalta a importância de estudar os fatores que afetam o uso desses espaços públicos, como a prática de atividade física e a promoção de vivências de saúde e socialização, gerando indicadores para a formulação de políticas públicas mais eficientes (SILVA, PETROSKI, REIS, 2009). Com base nisto, o presente estudo estabeleceu intencionalmente como foco central de pesquisa o espaço público do litoral brasileiro e possui como objetivo realizar uma revisão bibliográfica sobre as políticas públicas esportivas relacionadas a prática dos esportes de participação no litoral brasileiro.

## MÉTODO

### Caracterização do Estudo

O presente estudo possui abordagem descritiva que de acordo com Gil (2008, p. 28) “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”, caracterizado por uma revisão narrativa da literatura.

As plataformas escolhidas para a realização do levantamento de dados foram a Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e o Portal de Periódicos da Capes. Para realizar a busca, optou-se pela utilização do mecanismo de pesquisa avançada com descritores no título. Foi realizada a combinação dos descritores “espaço público”, “praias” e “esportes de praia”, em formato de duplas, totalizando três combinações diferentes. Como “esportes de praia”, consideramos somente a prática de modalidades esportivas desenvolvidas na faixa de areia da praia, não incluindo as atividades desenvolvidas na área marítima e na região urbanizada da orla (ruas e calçadas), como o ciclismo, o skate e a corrida.

Em relação aos critérios de inclusão, foram selecionados apenas os estudos publicados em língua portuguesa, entre os anos de 2004 e 2019, com tema de enfoque ligado às “ciências políticas”, “participação pública” e “esportes e recreação”. Como critérios de exclusão, foram desconsiderados os trabalhos que abordaram a prática esportiva na orla dos municípios litorâneos, fora da faixa terrestre de areia das praias, assim como os estudos que não apresentavam, ao menos, um descritor no título e dois descritores no resumo.

Por meio do levantamento de dados, foi possível rastrear um total de 61 artigos relacionados à temática em questão. Após a realização da leitura dos títulos e dos resumos de cada pesquisa, obtivemos uma amostra contendo dez trabalhos, os quais foram utilizados para o desenvolvimento da análise.

Finalizada a etapa de levantamento de dados, realizou-se a leitura da amostra na íntegra. Neste momento, pode-se perceber que algumas temáticas foram abordadas em mais de um estudo, então, buscamos destacar os pontos principais que cada autor abordou em seus respectivos trabalhos, com a intenção de facilitar o processo de análise temática (BRAUN; CLARKE, 2006). Os textos foram analisados e agrupados de acordo com suas temáticas semelhantes, sendo elas: (1) equipamentos disponíveis para a prática esportiva; (2) programas de incentivo ao esporte de participação; (3) inclusão social através do esporte; (4) promoção da saúde; (5) apropriação irregular de iniciativa privada e (6) ação do Estado sobre as atividades desenvolvidas nas praias brasileiras.

## RESULTADOS

### A prática dos esportes de participação no litoral brasileiro.

Após o levantamento bibliográfico realizado referente a prática dos esportes de participação no litoral brasileiro, pode-se reunir dez artigos científicos que dialogam direta ou indiretamente com o tema, os quais estudaram a prática esportiva nas praias de dez municípios, localizados em oito estados diferentes, conforme aponta a tabela 1:

Tabela 1 – Artigos relacionados ao uso das praias para a prática do esporte de participação.

<b>Resultados obtidos por descritor em cada base de dados:</b>	
<b>SciELO</b>	<b>Portal de Periódicos da CAPES</b>
Espaço público e praias (n=7)	Espaço público e praias (n=16)
Espaço público e esportes de praia (n=5)	Espaço público e esportes de praia (n=15)
Praias e esporte de praia (n=7)	Praias e esporte de praia (n=11)
Total de estudos rastreados (n=61)	
Estudos excluídos por meio da leitura do título (n=10)	
Estudos excluídos por meio da leitura do resumo (n=41)	
<b>Total de estudos incluídos na análise: (n=10)</b>	

Fonte: Os autores (2020).

Por meio da análise das referências, pode-se evidenciar que entre os diversos contextos sociais onde a prática se desenvolve, existem alguns fatores que parecem gerar maior interesse aos pesquisadores da área.

Com isso, foram enumeradas as seis temáticas que foram abordadas mais de uma vez pelos artigos selecionados: (1) equipamentos disponíveis para a prática esportiva; (2) programas de incentivo ao esporte de participação; (3) inclusão social através do esporte; (4) programas de promoção da saúde; (5) apropriação irregular de iniciativa privada e (6) ação do Estado sobre as atividades desenvolvidas nas praias brasileiras. A tabela 2 apresenta a relação entre os principais temas evidenciados na revisão bibliográfica, assim como o número de estudos que abordaram estes temas e a proporção deste valor na amostra.

Tabela 2. Distribuição dos estudos por temática

Temáticas	Estudos que abordaram o tema	Porcentagem da amostra
1. Equipamentos disponíveis para a prática esportiva	6	60%
2. Programas de incentivo ao esporte de participação	8	80%
3. Inclusão social através do esporte	7	60%
4. Programas de promoção à saúde	4	40%
5. Apropriação irregular de iniciativa privada	4	40%
6. Ação do Estado sobre as atividades desenvolvidas nas praias	8	80%

Fonte: Os autores (2020).

Após a leitura na íntegra de todos os trabalhos selecionados, observou-se que alguns autores estavam abordando assuntos semelhantes nos diferentes contextos de seus respectivos estudos. Na maior parte dos casos, houve um interesse em investigar quais atividades estavam sendo praticadas no espaço público, a qualidade dos equipamentos instalados nestes locais e o nível de satisfação de seus usuários. Ainda, pode-se verificar que os dois assuntos mais abordados foram a presença de programas de incentivo ao esporte de participação e a ação do Estado sobre as atividades desenvolvidas nas praias brasileiras – ambos estiveram presentes em 8 dos 10 estudos. Esta constatação nos permite pensar que, de uma maneira geral, os estudos realizados neste campo demonstram que existe um interesse da sociedade sobre o desenvolvimento destas políticas públicas.

## DISCUSSÃO

Entre os dez artigos acadêmicos analisados, foram encontrados seis estudos que analisaram as condições dos equipamentos físico-esportivos instalados na faixa terrestre das praias (PEREIRA, DANTAS, 2019; CAMARGO et al, 2017; MEZZARROBA et al, 2012; SOBRINHO JUNIOR, ARAÚJO; RODRIGUES, 2015; MEZZARROBA et al, 2012; MENDES et al, 2011; ELIAS et al, 2007). Alguns autores apresentaram registros de espaços esportivos bem estruturados, que contam com uma ampla variedade de equipamentos (MAZZERROBA et al, 2012; MENDES et al, 2011). Todavia, a maior parte dos estudos que discutiram este tema relataram a presença de problemas relacionados a conservação, manutenção e acessibilidade aos equipamentos físico-esportivos nos locais analisados (CAMARGO et al, 2017; MEZZARROBA et al, 2012; MENDES et al, 2011; ELIAS et al, 2007).

Os programas de incentivo ao esporte e lazer também foram discutidos por grande parte dos trabalhos da amostra (DIAS, ARAÚJO, 2018; CAMARGO et al, 2017; OLIOSI, BORGES, 2017; FREITAS, MOTA, 2015; FURTADO; FURTADO, 2014; MEZZARROBA et al, 2012; MENDES et al, 2011; ELIAS et al, 2007). As pesquisas evidenciaram a falta destas políticas públicas em diferentes municípios (DIAS, ARAÚJO, 2018; CAMARGO et al, 2017; OLIOSI, BORGES, 2017; FREITAS, MOTA, 2015; MEZZARROBA et al, 2012; MENDES et al, 2011; ELIAS et al, 2007), proporcionando a ocupação irregular da iniciativa privada sobre o espaço público (CAMARGO et al, 2017; FREITAS, MOTA, 2015; ELIAS et al, 2007). A única ação governamental com essa finalidade foi encontrada no município de Vitória/ES, onde os módulos do Serviço de Orientação ao Exercício (SOE) atuam, visando oferecer práticas corporais para a promoção da saúde para a população (CAMARGO et al, 2017).

A revisão bibliográfica mostra muitos indícios de que existe um problema – de responsabilidade do Estado – ligado ao incentivo ao Esporte de participação, todavia, poucos autores buscam apresentar uma solução adequada a esta situação. Pode-se perceber a ausência de programas de incentivo relacionados à esta esfera, deixando este problema a cargo da mobilização social.

Outro ponto evidenciado na análise foi a relação entre o poder público e as demandas sociais que as práticas de esporte e lazer podem atender, como, por exemplo, a inclusão entre os diversos grupos da sociedade civil (PEREIRA, DANTAS, 2019; DIAS, ARAÚJO, 2018; CAMARGO et al, 2017; FREITAS, MORA, 2015; MEZZARROBA et al, 2012; MENDES et al, 2011; ELIAS et al, 2007). No Brasil, diversas políticas públicas utilizam as práticas esportivas como um meio para combater as situações de desigualdade social, tal como o exemplo do Programa Segundo Tempo e o Programa Esporte e Lazer na Cidade, que estão entre as políticas sociais com os maiores índices de pessoas beneficiadas (BRASIL, 2021). Contudo, o que se encontrou na revisão bibliográfica foram registros de problemas relacionados à acessibilidade da população ao esporte praticado nas praias. Esses problemas podem surgir em decorrência de dois fatores: o transporte para pessoas de comunidades mais afastadas e a privatização das práticas que o local oferece (DIAS, ARAÚJO, 2018; CAMARGO et al, 2017; MEZZARROBA et al, 2012; MENDES et al, 2011; ELIAS et al, 2007).

A discussão sobre a relação entre o poder público local e as demandas da sociedade indicou a existência de barreiras sociais, proveniente de questões econômicas, que privilegiam e excluem pessoas da mesma comunidade. Estas pessoas possuem o mesmo direito de frequentar os espaços públicos do município, por esta razão, a atuação do Estado é imprescindível para a democratização cultural e o acesso aos bens culturais pela sociedade civil (ELIAS et al, 2007). Como forma de enfrentar este problema, alguns estudos relataram a presença de ações colaborativas de grupos sociais, em que a própria comunidade se organizou para praticar e oferecer aulas de surf, vôlei de areia,



futebol de areia e frescobol (DIAS, ARAÚJO, 2018; CAMARGO et al, 2017; FREITAS, MOTA, 2015; ELIAS et al, 2007).

Em relação à promoção da saúde da sociedade por meio do Esporte de participação, quatro pesquisas abordaram esta temática (DIAS, ARAÚJO, 2018; CAMARGO et al, 2017; SOBRINHO JÚNIOR; ARAÚJO, RODRIGUES, 2015; MENDES et al, 2011). Em estudos sobre as práticas esportivas no meio social, é comum encontramos autores que buscam promover o debate sobre saúde e qualidade de vida. Isso ocorre pelo fato deste ser um dos argumentos utilizados para justificar a institucionalização do esporte de participação, tornando lei a sua promoção por parte do poder público (BRASIL, 2021).

Sobre o tema da promoção da saúde na sociedade, as observações encontradas comprovaram a existência de uma parcela da população que têm interesse em aderir aos esportes de participação não apenas como forma de divertimento ou alívio de estresse, mas sim como forma de realizar a manutenção da própria saúde, fato que atribui mais uma justificativa para a execução de políticas públicas neste segmento. Também é possível considerar que estes registros podem contribuir para a solução dos problemas encontrados no segundo tema de discussão, com relação a falta de projetos e eventos de incentivo ao esporte e lazer. A avaliação sobre a utilização do espaço público para o desenvolvimento do esporte pode indicar os grupos sociais e as práticas que estariam mais propensas a obter resultados positivos, se naquele local fossem oferecidos programas com esta finalidade.

Outra temática relevante observada nos estudos sobre as práticas esportivas desenvolvidas na faixa terrestre das praias brasileiras refere-se à apropriação da iniciativa privada (CAMARGO et al, 2017; OLIOSI, BORGES, 2017; MEZZARROBA et al, 2012; MENDES et al, 2011). O problema mais destacado nesta discussão foi a mercantilização do espaço público, processo que parte da iniciativa privada em direção as áreas onde o poder público não atua de forma efetiva (CAMARGO et al, 2017; FREITAS, MOTA, 2015; MAZZERROBA et al, 2012; MENDES et al, 2011; ELIAS et al, 2007). Existem casos em que os equipamentos destinados à prática do esporte de participação não podem ser acessados, em função da administração de associações e federações esportivas. Esta observação é evidência de um paradoxo: em alguns municípios, as políticas públicas se resumem à concessão do espaço, que não podem ser acessados por causa de uma privatização autorizada pelos gestores políticos (MAZZERROBA et al, 2012; MENDES et al, 2011).

Uma questão que merece destaque sobre nesta discussão é o caso dos municípios em que a iniciativa privada assume os compromissos de responsabilidade do Estado. Foi possível localizar situações em que programas de caráter privado, que ofereciam aulas de modalidade esportivas nas praias, atendiam crianças em idade escolar de forma gratuita, acrescentando um cunho social à ação do interveniente (CAMARGO et al, 2017; OLIOSI, BORGES, 2017). Em um dos casos, os

pesquisadores ressaltam que mesmo com a realização de reuniões entre os atores sociais e os representantes políticos locais, não existiu nenhum tipo de coparticipação do poder público, mostrando que a institucionalização deste serviço ocorre na informalidade da relação público-privado, tornando a ocupação não normativa (OLIOSI, BORGES, 2017). Essa falta de cooperação só demonstra que a tendência é que o espaço público continue sendo tratado como um objeto de comercialização, denotando um caráter de mercadoria e, conseqüentemente, excluindo o acesso de uma parcela da sociedade.

A responsabilidade do Estado sobre a oferta de políticas públicas para o esporte de participação é o último entre os temas que foram elencados entre os assuntos mais abordados na amostra (DIAS, ARAÚJO, 2018; CAMARGO et al, 2017; OLIOSI, BORGES, 2017; FREITAS, MOTA, 2015; FURTADO, FURTADO, 2014; MEZZAROBBA et al, 2012; MENDES et al, 2011; ELIAS et al, 2007). A mesma ausência ou baixa eficiência da atuação do poder público foi encontrada em municípios de diferentes regiões do país (DIAS, ARAÚJO, 2018; CAMARGO et al, 2017; OLIOSI, BORGES, 2017; FREITAS, MOTA, 2015; ELIAS et al, 2007). No Estado de Santa Catarina, as ações governamentais em função do desenvolvimento do esporte são administradas pela FESPORTE. Apesar de parecer existir uma maior preocupação com a organização dos interesses do esporte no Estado, a entidade destina grande parte dos seus recursos ao esporte de rendimento, em detrimento ao esporte de participação (FURTADO; FURTADO, 2014).

De maneira geral, a revisão bibliográfica evidenciou que, embora os municípios litorâneos possuam espaços públicos adequados para o oferecimento de práticas esportivas destinadas a sociedade, existe a necessidade de uma ação mais concisa do poder público com relação à promoção destas políticas públicas. A ausência destas ações pelos gestores políticos favorece o movimento da iniciativa privada no sentido da mercantilização do espaço público, que acaba assumindo demandas atribuídas ao Estado, mas também proporciona o surgimento de outras barreiras sociais.

Embora o presente estudo tenha encontrado resultados significativos, é importante ressaltar que ele possui algumas limitações que devem ser citadas, como, por exemplo, o fato de ter sido realizado em apenas duas bases de dados acadêmicas. Deste modo, incentivamos a realização de pesquisas nesta mesma temática em outras bases, para que os dados possam ser confrontados com os achados deste estudo. Além disto, por se tratar de uma revisão bibliográfica, não realizamos a análise de documentos sobre projetos, programas e ações voltadas ao esporte de participação nas praias, disponibilizados pelas secretarias de esporte do país, o que pode ter impedido a localização de um maior número de evidências sobre este tipo de políticas públicas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve por objetivo realizar uma revisão bibliográfica sobre as políticas públicas esportivas relacionadas a prática dos esportes de participação no litoral brasileiro. Por meio do levantamento, pode-se verificar quatro registros de políticas públicas que vigoram para promover o Esporte de participação nas praias brasileiras, representado 40% de nossa amostra. Também foi possível evidenciar a ação irregular da iniciativa privada sobre o espaço público em três estudos, nos quais os pesquisadores compreenderam que o Estado não atua de forma eficiente.

Embora alguns estudos tenham evidenciado a existência de projetos, eventos e atividades que fomentam a prática esportiva de participação no litoral brasileiro, pode-se verificar que nem sempre as entidades governamentais administram este tipo de política pública. Devido a este fato, em determinados locais a ação da iniciativa privada passou a apropriar-se do espaço público, de modo que as práticas fossem segregadas à um público específico.

Os dados encontrados neste estudo podem colaborar não somente para outras pesquisas na área das políticas públicas voltadas ao esporte de participação, como também para as diferentes secretarias de esporte do país. Ao final, esperamos que este trabalho possa motivar pesquisadores e gestores políticos a trabalhar para promover a prática esportiva como manifestação social, ação que cumpre com o compromisso constitucional atribuído ao Estado e, conseqüentemente, amplia a qualidade de vida de nossa sociedade.

## REFERÊNCIAS

ALMADA, Vitor Evangelista; BAIOCCHI NETO, Pilade; FURTADO, Bernardo Alves. Desafio da governança esportiva brasileira: o caso da Rede Nacional de Treinamento. **Revista do Servido Público**, Brasília, vol. 68, nº 4, p. 863-888, 2017. <https://doi.org/10.21874/rsp.v68i4.1410>

BORGES, Carlos Nazareno Ferreira; PORTILHO, Gilberto Otávio Neto de Souza; PROTÁSIO FILHO, Marcos Antônio Castro. Usos de espaços públicos de esporte e lazer: um estudo na região metropolitana de Belém. **LICERE - Revista Do Programa De Pós-graduação Interdisciplinar Em Estudos Do Lazer**, Belo Horizonte, 22(4), 159–194, 2019. <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2019.16265>

BRASIL. **Ministério da Cidadania**. Esporte. Notícias. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br>. Acesso em: 25 mai. 2021.

BRASIL. **Lei n. 9.615, de 24 de março de 1998**. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19615consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19615consol.htm). Acesso em: 01 abril. 2021.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative research in psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006. <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1191/1478088706qp063oa?needAccess=true>

CAMARGO, Leonardo Perovano; OLIOSI, Lorenna Pereira; DOS SANTOS, Junia Helena; BORGES, Carlos Nazareno Ferreira; DEFANTE, Kamila da Penha Braz. Relação Público-Privado nos Usos das Orlas dos Municípios de Serra e Vitória – ES. **LICERE - Revista Do Programa De Pós-graduação Interdisciplinar Em Estudos Do Lazer**, Belo Horizonte, 20(3), 163–187, 2017.

<https://doi.org/10.35699/1981-3171.2017.1690>

COSTA, Leandro de Araújo; OSBORNE, Renata; SANTOS, Roberto Ferreira dos; RIBEIRO, Carlos Henrique de Vasconcellos. Intervenção urbana esportiva: notas etnográficas sobre o grupo Rizoma. **Revista Brasileira De Educação Física E Esporte**, São Paulo, 29(1), 81-93, 2015. <https://doi.org/10.1590/1807-55092015000100081>

DIAS, Emily Yasmin Corrêa; ARAÚJO, Patrícia Chaves. As marés de aventura: o surfe no município de salinópolis entre ações e possibilidades. **LICERE - Revista Do Programa De Pós-graduação Interdisciplinar Em Estudos Do Lazer**, Belo Horizonte, 22(1), 189–210, 2019.

<https://doi.org/10.35699/1981-3171.2019.12319>

ELIAS, Francisca das Chagas Oliveira; SILVA, Rafael Carlos Araújo; DOMINICI, Kytânia Regina Lindoso; SILVA, Marconi Neto; REIS, Samyr Rodrigues; GOMES, Sylvianne Dias. **Esporte e lazer no município de Raposa (MA): um direito a conquistar**. In: BRINCAR, JOGAR, VIVER: Programa esporte e lazer da cidade, nº. 01, 2007, Recife.

DUNNING, Eric; ELIAS, Norbert. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, p. 187-222, 1992.

FREITAS, Breno Braga de Souza; MOTA, Flávio Oliveira. **O uso do espaço público para a prática esportiva nos trechos de praia entre jardim de alah e armação – salvador/bahia**. In: VII Seminário Internacional Dinâmica Territorial e Desenvolvimento Socioambiental: terra em transe, n. 7, 2015.

<http://noosfero.ucs.br/articles/0009/2538/o-uso-do-espaco-p-blico-para-a-pr-tica-esportiva-nos-trechos-de-praia-entre-jardim-de-alah-e-arma-o-salvador-bahia.pdf>

FURTADO, Sabrina; FURTADO, Irineu Wolney. O financiamento público do esporte em santa catarina: o fundesporte e a destinação de seus recursos. **FIEP bulletin On-line**, ed. 84, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Editora Atlas S. A. – ed. 6, 2008

IBGE – **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Censo demográfico. Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 9 de novembro de 2020.

MENDES, Diego de Sousa; GARCIA, Luciana Carolline; OLIVEIRA, Tamires Santos; SANTOS, Silvan Menezes. **Análise preliminar dos equipamentos de esporte e lazer da praia de atalaia em Aracaju/SE: contribuições para as políticas públicas de esporte, lazer e turismo**. In: 1º Seminário de Turismo e Geografia, Sergipe, 2010. <https://core.ac.uk/download/pdf/30404302.pdf>

MEZZAROBBA, Cristiano; MENDES, Diego de Souza; ZOBOLI, Fábio; RIBEIRO, Sérgio Dorenski. Dos equipamentos de esporte e lazer ao problema da acessibilidade na orla de Atalaia: uma questão de política pública! **Revista Motrivivência**, Florianópolis, n. 39, 2012. <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2012v24n39p35>

NARCISO, Carla Alexandra Filipe. Espaço público: ação política e práticas de apropriação. Conceito e procedências. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 2, p. 265-291, 2009. <http://www.revispsi.uerj.br/v9n2/artigos/pdf/v9n2a02.pdf>

OLIOSI, Lorenna Pereira; BORGES, Carlos Nazareno Ferreira. A relação público privado na institucionalização dos serviços de esporte e lazer nas praias de vila velha/ES. **Arquivos em movimento -**

FAPERJ, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 2, p. 15-25, 2017.  
<https://revistas.ufrj.br/index.php/am/article/viewFile/12059/pdf>

OLIVEIRA, Lina Yule Queiroz; BORGES, Pedro Pereira. O direito à cidade e o desenvolvimento local como base para a humanização do espaço urbano. **Revista Interações**, Campo Grande, vol. 19, n. 4, 2018.  
<https://doi.org/10.20435/inter.v19i4.1630>

OLIVEIRA, Márcia Regina Lima de; NICOLODI, João Luiz. A Gestão Costeira no Brasil e os dez anos do Projeto Orla. Uma análise sob a ótica do poder público. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, Lisboa, vol. 12, n. 1, p. 89-98, 2012. <http://repositorio.furg.br/handle/1/2074>

PEREIRA, Alexandre Queiroz; DANTAS, Eustógio Wanderley. Dos banhos de mar aos esportes nas zonas de praia e no mar. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 31, 2019. <https://doi.org/10.14393/SN-v31-n1-2019-46981>

SILVA, Diego Augusto Santos; PETROSKI, Edio Luiz; REIS, Rodrigo Siqueira. Barreiras e facilitadores de atividades físicas em frequentadores de parques públicos. **Revista Motriz**, Rio Claro, vol. 15, n. 2, p. 219-227, 2009. <https://doi.org/10.5016/2243>

SOBRINHO JÚNIOR, Antônio da Silva; ARAÚJO, José Alexander Bezerra; RODRIGUES, Tatiana Moura. Anteprojeto de um centro de esportes em quadras de areia na cidade de João Pessoa-PB. **Revista InterScientia**, João Pessoa, vol. 3, n. 1, p. 229-239, 2015.  
<https://45.227.6.12/index.php/interscientia/article/view/108>

XAVIER, Fernanda Berguerand; FELIPE, Juliana; ARANA, Alba Regina Azevedo. O parque verde urbano: características do uso através de observação sistemática. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, vol. 10, n. 1, p. 82-95, 2018. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.010.SUPL1.AO05>

ZAMBONI, Ademilson; NICOLODI, João Luiz. **Macrodiagnóstico da Zona Costeira e Marinha do Brasil**. Ministério do Meio Ambiente, Brasília, p. 242, 2008.

## NOTAS DE AUTOR

### AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

**CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA** - Não se aplica.

### FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

**CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM** - Não se aplica.

**APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA** - Não se aplica.

**CONFLITO DE INTERESSES** - Não possui conflito de interesses.

## LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Motrivivência - ISSN 2175-8042** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution Non-Comercial ShareAlike](#) (CC BY-NC SA) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, desde que para fins **não comerciais**, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico desde que adotem a mesma licença, **compartilhar igual**. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico, desde que para fins **não comerciais e compartilhar com a mesma licença**.

## PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação Física. LaboMídia - Laboratório e Observatório da Mídia Esportiva. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

## EDITORES

Maurício Roberto da Silva, Giovani De Lorenzi Pires, Rogério Santos Pereira.

## EDITOR DE SEÇÃO

Rogério Santos Pereira.

## REVISÃO DO MANUSCRITO E METADADOS

João Caetano Prates Rocha; Keli Barreto Santos; Juliana Rosário.

## HISTÓRICO

Recebido em: 29 de abril de 2021.

Aprovado em: 27 de setembro de 2021.